

TERMO DE REFERÊNCIA/ PROJETO BÁSICO DE ESTUDO TÉCNICO PARA PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM JUIZ DE FORA

1. APRESENTAÇÃO

A política fundiária do Município deve estar articulada com a política habitacional de interesse social, com as políticas de inclusão social e, também, com as políticas de mobilidade, saneamento e ordenamento do solo, para garantir o acesso à terra urbanizada e regularizada a todos os segmentos da sociedade.

Juiz de Fora possui hoje um número de assentamentos precários mapeados que chega a 140 (cento e quarenta), totalizando em torno de 12 mil unidades habitacionais. Nos últimos anos, uma série de ações foi coordenada com vistas à regularização fundiária destas áreas, porém, poucos processos foram concluídos, devido a impedimentos financeiros, jurídicos ou ambientais. Num esforço de retomada e organização de tais iniciativas, a então Subsecretaria de Planejamento do Território (SSPLAT) cria, em 2017, a Metodologia denominada Análise Multicritério, que tem por finalidade hierarquizar as referidas áreas a serem regularizadas pelo município, com prioridade inicial para as, aproximadamente, 30 (trinta) Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS, conforme o Plano Diretor Participativo – Lei Complementar 082/2018, consideradas na totalidade anteriormente mencionada.

Com base neste cenário, o presente documento tem o objetivo de definir os parâmetros de contratação de empresa especializada para a elaboração de estudo técnico de avaliação ambiental e proposição de ações mitigadoras em Área de Preservação Permanente (APP), bem como a realização de análises de outras possíveis demandas ambientais e urbanísticas de natureza semelhante, que condicionarão um posterior processo de regularização fundiária urbana - em área na **Travessa Grão Mogol, no Bairro Nossa Senhora das Graças/Santa Terezinha – ZEIS NE 02.**

A Contratada deverá considerar as seguintes premissas para proceder às regularizações: os imóveis incluídos no processo devem receber um código de identificação. Além disso, cada moradia precisa ter acesso independente e contar com, no mínimo, banheiro, espaço para dormir e cozinhar. Já os lotes devem ter acesso a uma via de uso público e serem titulados de acordo com o desenho no mapa de selagem.

Todo o trabalho desenvolvido pela contratada será acompanhado e fiscalizado por um Grupo Técnico (GT) Executivo formado por representantes técnicos da Prefeitura de Juiz de Fora, e coordenado pela Subsecretaria de Habitação, na Secretaria de Planejamento Urbano, que deverá acompanhar os processos e desdobramentos referentes a este Projeto Básico/ Termo de Referência.

2. OBJETO

Constitui objeto deste Projeto Básico/ Termo de Referência a contratação da execução por etapas de Estudo Técnico Ambiental em área na **Travessa Grão Mogol – ZEIS NE 02**, processo administrativo nº **3218/1987 (volume único)**.

As etapas são referentes à **Caracterização e análise da situação ambiental da área a ser regularizada; Especificação dos sistemas de saneamento básico; Proposição de intervenções para o controle de riscos geotécnicos e redução das consequências ocasionadas pelo processo de inundações; Estabelecimento de formas de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização; Comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano ambiental, considerados o uso adequado dos recursos hídricos e a proteção das unidades de conservação se for o caso; Comprovação da melhoria das condições de habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta; Dimensionamento dos custos para a execução das intervenções propostas; e Elaboração de Projeto Executivo das Intervenções Propostas.**

Este Projeto Básico/ Termo de Referência prevê um estudo voltado para **69 (sessenta e nove) unidades habitacionais**, referentes a 53 (cinquenta e três) lotes, considerando a média de 30% de acréscimo para lotes com mais de uma unidade habitacional, de acordo com a área total de estudo equivalente a **6.466,80 m²**.

As famílias que configurarem situação de compartilhamento de lote serão sujeitas à análise jurídica. Já aquelas que ocuparem as áreas destinadas à Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e que estiverem fora da área aprovada anteriormente, não serão objeto deste Projeto Básico/ Termo de Referência, salvo as situações de lotes localizados no entorno imediato da poligonal da área, a serem analisados caso a caso pela contratante.

2.1 Localização e Acesso

A área objeto do estudo (Figura 3) está localizada entre os bairros Nossa Senhora das Graças e Santa Terezinha, na Travessa Grão Mogol, que pode ser acessada pela Rua Grão Mogol. As coordenadas centrais da área são: lat -21,733668º e lon -43,358380º.

Figura 3 - ZEIS NE 02 - Travessa Grão Mogol.



Fonte: Google Earth.

3. JUSTIFICATIVA

A área na **Travessa Grão Mogol** compõe a lista de processos interrompidos, tendo sua regularização se iniciado em **1987**, referenciada no processo administrativo nº **3218/1987**. Trata-se de área de domínio público, sendo classificada como Área de Especial Interesse Social – AEIS, pelo Plano de Habitação de 2007 e, atualizada como Zona de Especial Interesse Social – ZEIS NE 02, na lei 082/2018 - Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora.

Parte do território configura-se, também, como Área de Preservação Permanente (APP) e, dessa forma, se torna necessário considerar algumas normativas específicas, entre elas, a Resolução CONAMA nº 369/2006. Tal resolução possibilita a intervenção ou supressão de vegetação em APPs em casos excepcionais de regularização em áreas de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, além do Código Florestal, representado pela Lei nº 12.651/2012, que nos informa, através do art. 64, a obrigatoriedade de inclusão, no processo, de estudo técnico - cujos parâmetros serão descritos neste documento - apresentando a possibilidade de melhoria da situação ambiental da área em relação à situação previamente encontrada.

A área tem prioridade no Projeto Básico/ Termo de Referência em consideração à longevidade do Processo, aberto há mais de 30 (trinta) anos e, também, por possibilitar a produção de um

estudo piloto urbano e ambiental, conhecimento que poderá convergir em benefício para aquele território e para outros em condições semelhantes no município.

4. ETAPAS

As atividades do estudo técnico para projeto de regularização de área na **Travessa Grão Mogol**, serão divididas em nove etapas, conforme demonstrado a seguir.

4.1. Etapa 01: Mobilização Social e Definição de Estratégias A etapa de Mobilização Social e definição de Estratégias, consiste no Trabalho Social, além da definição de estratégias e metodologias a partir de um diagnóstico físico e social, compreendendo vistoria in loco da área, avaliação da infraestrutura existente e análise de eventual infraestrutura necessária complementar e levantamento de projetos e documentos existentes junto ao Órgão Público competente.

O trabalho Social ocorrerá durante todos os meses do contrato e engloba ações que devem informar, sensibilizar, mobilizar, envolver e capacitar a população, definindo estratégias que garantam a participação social ativa dos moradores através de: identificação de lideranças locais e/ou suas organizações comunitárias para reunião de apresentação e pactuação; organização de assembleia para entrada nas áreas e esclarecimento sobre os processos de regularização fundiária de núcleos urbanos informais; definição dos locais mais propícios à realização de reuniões e assembleias comunitárias; divulgação e realização de reuniões públicas para esclarecimento sobre o processo de regularização fundiária de núcleos urbanos informais; mobilização da população moradora para participarem das reuniões e para realização dos cadastros físicos e socioeconômicos previstos; plantões de atendimento em locais estratégicos para distribuição de materiais de divulgação e capacitação a respeito dos processos de regularização fundiária em cada área; plantões de atendimento em local divulgado para orientar e sanar dúvidas da população moradora, acompanhamento de pendências e solução de possíveis conflitos; suporte na constituição e acompanhamento de todas atividades de competência participativa (fóruns, comissões e conselhos), bem como no processo de eleição de representantes para a composição destas instâncias de participação; apoio ao processo de debate público acerca dos projetos de regularização fundiária das áreas; convocação, acompanhamento e orientação dos moradores para assinatura dos documentos que se fizerem necessários.

A definição das estratégias do trabalho social ocorrerá em conjunto com a Contratante, que acompanhará sistematicamente e fiscalizará todo o processo por meio de um Plano de Gerenciamento do Trabalho Social que será apresentado à Contratada, antes do início das atividades de campo, estabelecendo metas, prioridades, cronograma de reuniões entre as equipes, dentre outras estratégias gerenciais, visando à qualificação dos produtos.

Produtos:

4.1.1 Plano de Trabalho Social, a ser entregue anteriormente às atividades de campo, em até dez dias após a assinatura do contrato, contendo a descrição da metodologia para inserção, abordagem e desenvolvimento das ações na área, detalhando cada etapa, seus objetivos, considerando suas particularidades, além das metas, cronograma físico-financeiro, equipe técnica responsável. Deverá constar também, a forma de registro das atividades desenvolvidas, tais como: modelo de relatório mensal, formulários para atendimentos, formulários para cadastro socioeconômico, registros fotográficos,

material de divulgação, entre outros documentos comprobatórios da realização dos serviços.

4.1.2 Relatório mensal da etapa realizada, contendo a descrição do andamento das ações previstas e o levantamento do Trabalho Social executado no decorrer das operações, identificando os elementos facilitadores e dificultadores, informações sobre contextualização das áreas com os processos; relação dos aspectos dificultadores e facilitadores do desenvolvimento das ações, de forma a permitir a qualificação da metodologia de trabalho, incluindo o registro de situações atípicas que demandem adequações e ajustes da metodologia e recomendações para as ações futuras, além do registro fotográfico, listas de presença, atas das reuniões e demais documentos gerados que comprovem da realização das ações

*Observação: A entrega será realizada em cópia impressa (Duas vias) e formato digital.

4.2. Etapa 02: Caracterização e análise da situação ambiental da área a ser regularizada

Nesta etapa, serão realizados levantamentos de dados necessários para caracterizar e analisar a situação ambiental da área de estudo e contará com **7** subetapas:

Subetapa 2.1 Georreferenciamento da área:

Descrição e mapeamento de área pertencente à **Travessa Grão Mogol** identificada com **6.466,80 m²**, em seus limites, características e confrontações, através de memorial descritivo firmado por profissional habilitado, levando em consideração os padrões da Norma Técnica de Georreferenciamento.

Subetapa 2.2 Elaboração de Planta Topográfica Cadastral da área em estudo:

Referente à identificação de cada ocupação, com os equipamentos urbanos existentes, se houver, indicando o parcelamento e as ocupações em cada lote. O levantamento topográfico consiste na medição, demarcação e confecção de planta com a planialtimetria do contorno externo do terreno e no contorno de cada uma das áreas individualizadas e já delimitadas internamente, contendo ainda a denominação das vias lindeiras e de áreas confrontantes; descrição das formas de uso e ocupação do solo; delimitação de cursos d'água, lagos, lagoas, reservatórios, nascentes, áreas de preservação permanente, áreas sob linhas de transmissão de energia ou sobre dutovias, áreas com vegetação arbórea e áreas degradadas; sistema viário, incluindo vias, caminhos de pedestre e escadarias; quadras e lotes; e infra-estrutura implantada (redes de água, energia, esgoto e drenagem pluvial). Além da confecção das plantas global e individualizadas dos lotes, será desenvolvido o memorial descritivo do caminhamento sobre os perímetros com suas medidas em metro linear e com os confrontantes da Travessa Grão Mogol.

Subetapa 2.3 Dimensionamento das áreas de APP e das áreas inundáveis:

Refere-se ao mapeamento e orientação sobre os usos e atividades de acordo com as características das áreas ocupadas, além de identificação técnica das áreas consideradas sensíveis pela atuação do Córrego Tapera.

De acordo com a definição da Lei nº 12.652/2012, área de preservação permanente (APP) consiste em área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Destacam-se, nos termos da referida lei, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura.

Nas APPs deverão ser mapeadas pelo menos 3 feições: vegetação, edificação e área livre. As áreas utilizadas pelas vias públicas deverão ser desprezadas ou mapeadas como infraestrutura.

O mapeamento das áreas inundáveis deverá ser definido delimitando as cotas de cheias, definindo as planícies de inundação para diferentes probabilidades de ocorrência e os riscos de inundação associados, e deverá ser elaborado a partir de estudos hidrológicos e hidrodinâmicos. Este mapeamento subsidiará o planejamento para a avaliação das moradias localizadas em áreas de risco de inundação, direcionando as restrições para o uso e ocupação do solo, o que permitirá à Prefeitura implantar novas regras de ocupação nas áreas próximas a leitos de rios, reduzindo as áreas de risco de inundações e perdas potenciais para novas construções.

Subetapa 2.4 Estudo e demarcação das áreas não passíveis de regularização:

O estudo abará ainda a demarcação de possíveis áreas não passíveis de regularização, caso haja a identificação de áreas de risco muito elevado, em conjunto com a Subetapa 1.6.

Subetapa 2.5 Estudo pluviométrico da área:

Os estudos hidrológicos têm como objetivo a definição dos hidrogramas de vazões máximas de cheias correspondentes aos tempos de recorrência em seções estratégicas, do corpo hídrico que está inserido na área de estudo, de modo a possibilitar o adequado dimensionamento de eventuais intervenções. Esses hidrogramas serão empregados nas simulações hidrodinâmicas dos corpos hídricos a serem estudados.

Esses estudos devem ser executados a partir da base de dados pluviométricos e fluviométricos dos postos da região. Quando da inexistência de dados fluviométricos, serão avaliados modelos hidrológicos chuva x vazão, selecionando-se o que mais se adequar à região, para geração de vazões de cheias nos trechos fluviais em estudo.

Os estudos hidrológicos deverão ser elaborados com auxílio de dados hidroclimatológicos selecionados e consistidos, devidamente registrados e comprovados.

O estudo hidráulico é composto de três simulações hidrodinâmicas:

- Cenário atual de ocupação;
- Cenário de ocupação futura;

- Cenários de projeto (incluindo as intervenções propostas).

Subetapa 2.6 Estudos das áreas sujeitas aos riscos geotécnicos:

Deverão ser avaliadas as condições de estabilidade dos taludes e encostas, mediante exame visual do comportamento das margens dos cursos d'água e dos aterros existentes, bem como análise dos processos erosivos e sedimentológicos e sua influência na degradação da bacia e os riscos de inundações e escorregamentos.

O estudo deve contemplar a quantificação e identificação das moradias expostas aos riscos geotécnicos, bem como a definição dos riscos e gravidade dos mesmos (baixo - R1, médio - R2, alto - R3, muito alto - R4).

Subetapa 2.7 Síntese da situação ambiental da área de estudo:

Deverão ser evidenciadas as questões mais relevantes no que tange às condições ambientais observadas.

Produtos:

- 4.2.1 Planta com Georreferenciamento da área;
- 4.2.2 Planta cadastral da área em estudo para identificação individual dos terrenos e seus respectivos proprietários, para geração de mapas e memoriais descritivos individuais de cada imóvel levantado;
- 4.2.3 Memorial descritivo da área em estudo;
- 4.2.4 Planta com Dimensionamento das áreas de APP e das áreas inundáveis;
- 4.2.5 Estudo e demarcação das áreas não passíveis de regularização;
- 4.2.6 Estudo pluviométrico da área;
- 4.2.7 Estudo das áreas sujeitas aos riscos geotécnicos contendo mapa cartográfico de Risco;
- 4.2.8 Síntese da situação ambiental da área de estudo.
- 4.2.9 Relatório mensal da etapa realizada, contendo a descrição do andamento das ações previstas e o levantamento do Trabalho Social executado durante o decorrer das operações, identificando os elementos facilitadores e dificultadores da metodologia proposta, possibilitando qualificá-la para a próxima etapa.

*Observação: A entrega será realizada em cópia impressa e formato digital.

4.3. Etapa 03: Especificação dos sistemas de saneamento básico

O estudo deve detalhar as condições sanitárias locais, no que diz respeito ao fornecimento de água potável, coleta e disposição de esgotos, sistemas de drenagem pluvial e coleta de lixo.

Subetapa 3.1 Estudo da qualidade hídrica do curso d'água presente na área:

Avaliação das condições de poluição do corpo hídrico em estudo, fontes de poluição e locais de lançamento de esgoto e lixo; questões relacionadas ao saneamento básico incluindo lançamento de resíduos sólidos e sistemas de drenagem pluvial.

Subetapa 3.2 Diagnóstico dos sistemas de drenagem pluvial:

3.2.1 Descrição da situação atual: Caracterização dos sistemas ou estruturas existentes destinados à captação, transporte e disposição das águas pluviais, quanto à sua cobertura, capacidade e estado de conservação, identificando as possíveis lacunas no atendimento pelo Poder Público, incluindo demandas de ações estruturais e não estruturais para o manejo das águas pluviais, bem como análise das condições de operação e manutenção dos sistemas existentes.

3.2.2 Propostas para situação ambientalmente correta: Proposição de medidas estruturais e não estruturais de modo a proporcionar melhorias na drenagem pluvial, contribuindo assim, para a diminuição ou eliminação dos riscos geotécnicos associados, e demais proposições julgadas pertinentes.

Subetapa 3.3 Diagnóstico dos sistemas de esgotamento sanitário:

3.3.1 Descrição da situação atual: Caracterização da cobertura e a identificação das populações não atendidas ou sujeitas a deficiências no atendimento a sistemas de esgotamento sanitário (redes coletoras, fossas sépticas e outras soluções).

Indicação de áreas de risco de contaminação, e de áreas já contaminadas por esgotos, tais como disposição direta no solo e valas a céu aberto.

3.3.2 Propostas para situação ambientalmente correta: Propostas que visem a melhoria das condições sanitárias através da coleta, transporte, e o lançamento na rede pública ou solução descentralizada de tratamento de esgotos, e demais proposições julgadas pertinentes.

Subetapa 3.4 Diagnóstico do sistema de abastecimento de água:

3.4.1 Descrição da situação atual: Caracterização da cobertura e qualidade dos serviços, com a identificação das populações não atendidas e sujeitas à falta de água; regularidade e frequência do fornecimento de água, com identificação de áreas críticas; consumo per capita de água; qualidade da água tratada e distribuída à população.

3.4.2 Propostas para situação ambientalmente correta: Propostas que visem a garantia da segurança hídrica da população atendida, garantindo o fornecimento em quantidade e qualidade adequadas, e demais proposições julgadas pertinentes.

Subetapa 3.5 Diagnóstico do sistema de manejo dos resíduos sólidos:

3.5.1 Descrição da situação atual: Descrição e análise da situação dos sistemas de acondicionamento, coleta, transporte de resíduos. Identificação no atendimento à população pelo Poder Público do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos para as condições atuais, tais como o tipo, regularidade, qualidade e frequência dos serviços.

3.5.2 Propostas para situação ambientalmente correta: Apresentação de proposições que objetivem a inclusão da população não atendida ou melhoria dos serviços prestados, assim como a promoção da conscientização e orientação a respeito da correta segregação e acondicionamento dos resíduos, prevenindo assim, problemas de saúde pública como a proliferação de vetores de doenças e também o carreamento

do material para o corpo hídrico pelas chuvas; e demais proposições julgadas pertinentes.

Produtos:

- 4.3.1 Estudo da qualidade hídrica do curso d'água presente na área;
- 4.3.2 Diagnóstico dos sistemas de drenagem pluvial, descrição da situação atual e propostas para situação ambientalmente correta;
- 4.3.3 Diagnóstico dos sistemas de esgotamento sanitário, descrição da situação atual e propostas para situação ambientalmente correta;
- 4.3.4 Diagnóstico do sistema de abastecimento de água, descrição da situação atual e propostas para situação ambientalmente correta;
- 4.3.5 Diagnóstico do sistema de manejo dos resíduos sólidos, descrição da situação atual e propostas para situação ambientalmente correta.
- 4.3.6 Relatórios mensais da etapa realizada, contendo a descrição do andamento das ações previstas e o levantamento do Trabalho Social executado durante o decorrer das operações, identificando os elementos facilitadores e dificultadores da metodologia proposta, possibilitando qualificá-la para a próxima etapa.

*Observação: A entrega será realizada em cópia impressa e formato digital.

4.4. Etapa 04: Proposição de intervenções para o controle de riscos geotécnicos e de inundações

Esta etapa (e suas respectivas subetapas) contempla as propostas de intervenções para eliminação ou amenização dos riscos geotécnicos e de alagamentos, diagnosticados nas etapas anteriores (especificamente 1.3 e 1.6):

Subetapa 4.1 Proposição de intervenções para o controle de riscos geotécnicos:

A proposição de intervenção deve incluir a definição das intervenções necessárias nas áreas identificadas como suscetíveis a riscos geotécnicos, a indicação dos serviços necessários, o escopo de obras e a sinalização dos locais passíveis de remoção temporária ou definitiva (esgotadas as possibilidades de solucionar o risco), assim como a hierarquia de prioridade das intervenções sugeridas.

Subetapa 4.2 Proposição de intervenções para redução das consequências das inundações:

A proposição de intervenção deve incluir a definição das intervenções necessárias em áreas classificadas como inundáveis, a indicação dos serviços necessários, o escopo de obras e a sinalização dos locais passíveis de remoção (esgotadas as possibilidades de solucionar o risco), assim como a hierarquia de prioridade das intervenções sugeridas.

Produtos:

- 4.4.1 Proposição de intervenções para o controle de riscos geotécnicos;

- 4.4.2 Proposição de intervenções para redução das consequências das inundações;
- 4.4.3 Relatórios mensais da etapa realizada, contendo a descrição do andamento das ações previstas e o levantamento do Trabalho Social executado durante o decorrer das operações, identificando os elementos facilitadores e dificultadores da metodologia proposta, possibilitando qualificá-la para a próxima etapa.

*Observação: A entrega será realizada em cópia impressa e formato digital.

4.5. Etapa 05: Estabelecimento de formas de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização

A recuperação de áreas degradadas envolve o conjunto de medidas e técnicas que propiciarão à área degradada, condições de restabelecer um novo equilíbrio dinâmico, com solo apto para uso futuro e paisagem esteticamente harmoniosa. Esta etapa tem o intuito de ordenar as propostas de restabelecimento de áreas denominadas degradadas, referentes à vegetação, proteção do leito do curso d'água e recuperação de áreas erosivas.

Subetapa 5.1 Proposta de recuperação da vegetação:

A proposta de recuperação da vegetação deve contar com a identificação das áreas a serem trabalhadas, além do diagnóstico com os graus da degradação, indicação e descrição dos serviços a serem prestados.

Subetapa 5.2 Propostas para proteção do leito do curso d'água:

As propostas para proteção do leito do curso d'água devem considerar os diagnósticos de saneamento presentes na etapa 2, visando a conservação dos recursos hídricos existentes e mitigação das ações degradantes (resultantes das ocupações existentes no local).

Subetapa 5.3 Proposta para recuperação de áreas com erosões, se existirem:

A proposta para recuperação de áreas com erosões, se existirem, deve conter a avaliação das mesmas, além da indicação e descrição dos serviços de contenção/estabilização do risco. A proposta também deve conter a classificação da gravidade das erosões, bem como indicar a hierarquia de prioridade das intervenções.

Produtos:

- 4.5.1 Proposta de recuperação da vegetação;
- 4.5.2 Propostas para proteção do leito do curso d'água;
- 4.5.3 Proposta para recuperação de áreas com erosões, se existirem;
- 4.5.4 Relatórios mensais da etapa realizada, contendo a descrição do andamento das ações previstas e o levantamento do Trabalho Social executado durante o decorrer das operações, identificando os elementos facilitadores e dificultadores da metodologia proposta, possibilitando qualificá-la para a próxima etapa.

*Observação: A entrega será realizada em cópia impressa e formato digital.

4.6. Etapa 06: Comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental, considerados o uso adequado dos recursos hídricos e a proteção das unidades de conservação, se for o caso

Visando o atendimento das necessidades básicas das atuais e das futuras gerações, os processos de intervenção e/ou de apropriação dos recursos ambientais devem ser priorizados e regidos pelo enfoque da sustentabilidade.

Para promover esse enfoque, utiliza-se a possibilidade de desenvolver indicadores ambientais, que podem ser entendidos como a representação de um conjunto de dados, informações e conhecimentos acerca de determinado fenômeno urbano/ambiental capaz de expressar e comunicar, de maneira simples e objetiva, as características essenciais (como ocorrência, magnitude e evolução, entre outros aspectos) e o significado (como os efeitos e a importância sócio-ambiental associado) desse fenômeno aos tomadores de decisão e à sociedade em geral. Sua adoção envolve a perspectiva de ser utilizado no acompanhamento de cada fenômeno urbano/ambiental ao longo do tempo, no sentido de avaliar o progresso ou retrocesso em relação ao meio ambiente.

Subetapa 6.1 Criação de indicadores que atestem as condições de sustentabilidade urbano-ambiental:

Desenvolver indicadores de desempenho, que sintetizem informações quantitativas e qualitativas que permitam a determinação de avaliação das condições de sustentabilidade urbano-ambiental, fomentando a integração das características ambientais nas políticas setoriais, promovendo a contabilidade ambiental e avaliando o estado do meio ambiente.

Subetapa 6.2 Criação de indicadores que atestem o uso adequado dos recursos hídricos:

Desenvolver indicadores de desempenho, que sintetizem informações quantitativas e qualitativas que atestem o uso adequado dos recursos hídricos, fomentando a integração das características hídricas nas políticas setoriais, promovendo a contabilidade dos recursos hídricos e avaliando o estado da água na região.

Subetapa 6.3 Criação de indicadores que atestem a proteção das unidades de conservação:

Desenvolver indicadores de desempenho, que sintetizem informações quantitativas e qualitativas que atestem a proteção das unidades de conservação, quando houver, fomentando a integração das mesmas nas políticas setoriais e avaliando o estado de proteção da área em estudo.

Produtos:

4.6.1 Metodologia aplicada e Indicadores que atestem as condições de sustentabilidade urbano-ambiental;

4.6.2 Metodologia aplicada e Indicadores que atestem o uso adequado dos recursos hídricos;

4.6.3 Metodologia aplicada e Indicadores que atestem a proteção das unidades de conservação;

4.6.4 Relatórios mensais da etapa realizada, contendo a descrição do andamento das ações previstas e o levantamento do Trabalho Social executado durante o decorrer das operações, identificando os elementos facilitadores e dificultadores da metodologia proposta, possibilitando qualificá-la para a próxima etapa.

*Observação: A entrega será realizada em cópia impressa e formato digital.

4.7. Etapa 07: Comprovação da melhoria das condições de habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta

Os processos de intervenção também devem priorizar a melhoria das condições de habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta.

Dessa forma, esta etapa prevê a elaboração de um relatório com as condicionantes das famílias moradoras deste território acompanhado da planta de locação do lote dentro da gleba. É previsto o levantamento das construções e famílias das **53 unidades habitacionais**, considerando uma média de 30% de acréscimo no número de unidades habitacionais, para o caso de lotes coletivos, de acordo com a planta de área total igual a 6.466,80 m². Aquelas ocupações que dividirem o mesmo lote serão sujeitas a análise jurídica. Já aquelas que ocuparem as áreas destinadas à PJF e que estiverem fora da área aprovada anteriormente, não serão objeto deste Projeto Básico/ Termo de Referência, salvo as situações de lotes localizados no entorno imediato da poligonal da área, a serem analisados caso a caso pela contratante.

Através do levantamento, faz-se necessária a descrição das condições técnicas das unidades imobiliárias na região, do padrão de tipologias, dos materiais aplicados, dos principais elementos necessários para promover as adequações necessárias para promover as melhorias habitacionais, bem como a identificação e detalhamento da composição familiar de cada moradia, existência de coabitação e tempo de ocupação. Ressalta-se a importância de se estabelecer comunicação através do envio de Aviso de Recebimento (AR), com o objetivo de documentar o esforço de localização do morador, posteriormente às 02 (duas) primeiras tentativas não exitosas de contactá-lo. Dessa forma, ficará estipulado um limite máximo de 03 (três) tentativas de contato com a família moradora. Apenas os lotes identificados no prazo estabelecido desta etapa serão objeto de medição. Após encerramento de cada etapa, os produtos em andamento deverão ser entregues, porém, sem medição para pagamento.

Subetapa 7.1 Criação de indicadores que atestem a melhoria das condições de habitabilidade dos moradores:

Para elaborar a coleta de informações, utiliza-se a possibilidade do desenvolvimento de indicadores habitacionais, que podem ser entendidos como a representação de um

conjunto de dados, informações e conhecimentos acerca de determinado fenômeno urbano capaz de expressar e comunicar, de maneira simples e objetiva, as características fundamentais (como ocorrência, magnitude, evolução, etc) e o significado (como os efeitos e a importância associada) desse fenômeno aos tomadores de decisão e à sociedade em geral. Sua adoção envolve a perspectiva de ser utilizado no acompanhamento de cada fenômeno urbano ao longo do tempo, no sentido de avaliar o progresso ou retrocesso em relação ao meio urbano/ambiental. Assim, esta etapa consiste no desenvolvimento de indicadores de desempenho, que sintetizem informações quantitativas e qualitativas que atestem as condições de habitabilidade dos moradores a partir da regularização proposta e suas adequações, fomentando a integração das melhorias habitacionais nas políticas setoriais e avaliando o estado das moradias.

Produtos:

- 4.7.1 Relatório detalhado com levantamento in loco dos aspectos sociais das famílias e aspectos físicos das habitações.
- 4.7.2 Metodologia aplicada e Indicadores que atestem a melhoria das condições de habitabilidade dos moradores;
- 4.7.3 Relatórios mensais da etapa realizada, contendo a descrição do andamento das ações previstas e o levantamento do Trabalho Social executado durante o decorrer das operações, identificando os elementos facilitadores e dificultadores da metodologia proposta, possibilitando qualificá-la para a próxima etapa.

*Observação: A entrega será realizada em cópia impressa e formato digital.

4.8. Etapa 08: Dimensionamento dos custos para a execução das intervenções propostas

Nesta etapa, será realizado o dimensionamento dos custos necessários para as execuções das intervenções propostas nas etapas 2, 3 e 4, que tiverem subetapas relacionadas à proposições, através do que se segue:

Subetapa 8.1 Dimensionar o custo de implantação e operação de cada medida proposta:

Fornecer o dimensionamento de custo de implantação e operação de cada uma das medidas propostas, contendo as informações necessárias para o entendimento dos cálculos;

Subetapa 8.2 Cronograma físico-financeiro para cada medida:

Fornecer planilha de Cronograma físico-financeiro para cada uma das medidas propostas, contendo as informações necessárias para o entendimento dos cálculos;

Subetapa 8.3 Documento síntese de implantação das intervenções propostas:

Fornecer documento que sintetize a implantação de cada uma das intervenções propostas, esclarecendo, com detalhes, informações que comprovem a importância de cada uma dessas intervenções.

Produtos:

- 4.8.1 Dimensionamento do custo de implantação e operação de cada medida proposta;
- 4.8.2 Cronograma físico-financeiro para cada medida proposta;
- 4.8.3 Documento síntese de implantação das intervenções propostas;
- 4.8.4 Relatórios mensais da etapa realizada, contendo a descrição do andamento das ações previstas e o levantamento do Trabalho Social executado durante o decorrer das operações, identificando os elementos facilitadores e dificultadores da metodologia proposta, possibilitando qualificá-la para a próxima etapa.

*Observação: A entrega será realizada em cópia impressa e formato digital.

4.9. Etapa 09: Projeto Executivo para as intervenções propostas

Nesta etapa, será contemplado o conjunto de elementos necessários para a execução completa das intervenções propostas, bem como um relatório final de Avaliação Urbano/Ambiental da área, devendo indicar no mínimo as áreas ocupadas, o sistema viário e as unidades imobiliárias existentes a serem regularizadas, suas características, a área, as confrontações, a localização, o nome do logradouro e o número da designação cadastral, se houver; as quadras e as suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada; os logradouros, os espaços livres, as áreas destinadas aos edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver; e outros requisitos que sejam definidos pelo Poder Público municipal ou distrital, conforme art. 31º do Decreto n. 9310/2018.

Produtos:

- 4.9.1 Projeto Executivo para as intervenções propostas, contendo planta impressa em escala apropriada e em meio digital, incluindo memória justificativa, materiais descritivos, cálculos, desenhos (incluindo plantas, perfis, seções transversais, esquemas e demais elementos que forem pertinentes), especificações técnicas e executivas, cronograma e planilhas de orçamento, descrição metodológica dos estudos e propostas técnicas de execução, e equipamentos necessários para a realização das intervenções;
- 4.9.2 Relatórios mensais da etapa realizada, sendo o Relatório Final quantitativo e qualitativo considerando o andamento de todas as ações e etapas, contendo a descrição do resultado de todas as atividades, incluindo o processo de Trabalho Social com a caracterização da mobilização, abordagem e contextualização da comunidade com o processo, juntamente com informações descritivas detalhadas de todo o estudo do processo de regularização fundiária em si.

*Observação: A entrega será realizada em cópia impressa e formato digital.

5. PRODUTOS E PRAZOS DE ENTREGA

ETAPAS	Nº PRODUTO	PRODUTOS	PRAZOS DE ENTREGA
01	Mobilização e Estratégias - Trabalho Social		
	1.1	Plano de Trabalho Social detalhado	07 dias após a assinatura do contrato
	1.2	Relatórios mensais da etapa realizada	Relatórios mensais a serem entregues no final de cada etapa, iniciando 30 dias após a assinatura do contrato
02	Caracterização e análise da situação ambiental da área a ser regularizada		
	2.1	Planta com Georreferenciamento da área	60 dias após a assinatura do contrato
	2.2	Planta cadastral da área em estudo	
	2.3	Memorial descritivo da área em estudo	
	2.4	Planta com Dimensionamento das áreas de APP e das áreas inundáveis	
	2.5	Estudo e demarcação das áreas não passíveis de regularização	
	2.6	Estudo pluviométrico da área	
	2.7	Estudo das áreas sujeitas aos riscos geotécnicos	
	2.8	Síntese da situação ambiental da área de estudo	
	2.9	Relatórios mensais da etapa realizada	Relatórios mensais a serem entregues no final de cada etapa
03	Especificação dos sistemas de saneamento básico		
	3.1	Estudo da qualidade hídrica do curso d'água presente na área	30 dias após entrega da síntese da situação ambiental
	3.2	Diagnóstico dos sistemas de drenagem pluvial, descrição da situação atual e propostas para situação ambientalmente correta	
	3.3	Diagnóstico dos sistemas de esgotamento sanitário, descrição da situação atual e propostas para situação ambientalmente correta	



	3.4	Diagnóstico do sistema de abastecimento de água, descrição da situação atual e propostas para situação ambientalmente correta	
	3.5	Diagnóstico do sistema de manejo dos resíduos sólidos, descrição da situação atual e propostas para situação ambientalmente correta	
	3.6	Relatórios mensais da etapa realizada	Relatórios mensais a serem entregues no final de cada etapa
04	Proposição de intervenções para o controle de riscos geotécnicos e de inundações		
	4.1	Proposição de intervenções para o controle de riscos geotécnicos	30 dias após entrega de especificação dos sistemas de saneamento básico
	4.2	Proposição de intervenções para redução das conseqüências das inundações	
	4.3	Relatórios mensais da etapa realizada	Relatórios mensais a serem entregues no final de cada etapa
05	Estabelecimento de formas de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização		
	5.1	Proposta de recuperação da vegetação	30 dias após entrega de proposição de intervenções para o controle de riscos geotécnicos e de inundações
	5.2	Propostas para proteção do leito do curso d'água	
	5.3	Proposta para recuperação de áreas com erosões, se existirem	
	5.4	Relatórios mensais da etapa realizada	Relatórios mensais a serem entregues no final de cada etapa
06	Comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental		
	6.1	Metodologia aplicada e Indicadores que atestem as condições de sustentabilidade urbano-ambiental	30 dias após entrega de propostas de recuperação da vegetação, leito do curso d'água e recuperação de áreas com erosões
	6.2	Metodologia aplicada e Indicadores que atestem o uso adequado dos recursos hídricos	
	6.3	Metodologia aplicada e Indicadores que atestem a proteção das unidades de conservação	

	6.4	Relatórios mensais da etapa realizada	Relatórios mensais a serem entregues no final de cada etapa
07	Comprovação da melhoria das condições de habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta		
	7.1	Relatório detalhado com levantamento in loco dos aspectos sociais das famílias e físicos das habitações.	30 dias após entrega de indicadores que comprovem a melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental, uso adequado dos recursos hídricos e a proteção das unidades de conservação
	7.2	Metodologia aplicada e Indicadores que atestem a melhoria das condições de habitabilidade dos moradores	
	7.3	Relatórios mensais da etapa realizada	Relatórios mensais a serem entregues no final de cada etapa
08	Dimensionamento dos custos para a execução das intervenções propostas		
	8.1	Dimensionamento do custo de implantação e operação de cada medida proposta	30 dias após entrega de comprovação da melhoria das condições de habitabilidade dos moradores
	8.2	Cronograma físico-financeiro para cada medida	
	8.3	Documento síntese de implantação das intervenções propostas	
	8.4	Relatórios mensais da etapa realizada	Relatórios mensais a serem entregues no final de cada etapa
09	Projeto Executivo para a execução das intervenções propostas		
	9.1	Projeto Executivo para as intervenções propostas	30 dias após entrega de dimensionamento dos custos para a execução das intervenções propostas
	9.2	Relatórios mensais da etapa realizada e relatório final quantitativo e qualitativo do resultado das atividades	Relatórios mensais a serem entregues no final de cada etapa

Obs.: Cada entrega deverá ser acompanhada de um breve relatório, contendo a descrição de todas as atividades realizadas e a justificativa pela não realização de algum produto previsto.

6. VALORES

ETAPAS	VALORES
ETAPA 1 - Mobilização e Estratégias - Trabalho Social	R\$ 9.774,62
ETAPA 2 - Caracterização e análise da situação ambiental da área a ser regularizada	R\$ 29.260,68
ETAPA 3 - Especificação dos sistemas de saneamento básico	R\$ 10.163,62
ETAPA 4 - Proposição de intervenções para o controle de riscos geotécnicos e de inundações	R\$ 9.756,50
ETAPA 5 - Estabelecimento de formas de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização	R\$ 16.669,70
ETAPA 6 - Comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental, considerados o uso adequado dos recursos hídricos e a proteção das unidades de conservação, se for o caso.	R\$ 9.891,00
ETAPA 7 - Comprovação da melhoria das condições de habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta	R\$ 7.314,20
ETAPA 8 - Dimensionamento dos custos para a execução das intervenções propostas	R\$ 7.625,00
ETAPA 9 - Projeto Executivo das Intervenções Propostas	R\$ 11.765,80
TOTAL	R\$ 112.221,12



7. CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

Travessa Grão Mogol										
Produtos		Prazos de execução em meses – 2021								
		Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09
Plano de Trabalho Social detalhado e Relatórios mensais do Trabalho Social - Mobilização social e definição de estratégias										
Caracterização e análise da situação ambiental da área a ser regularizada										
Especificação dos sistemas de saneamento básico										
Proposição de intervenções para o controle de riscos geotécnicos e de inundações										
Estabelecimento de recuperação de áreas degradadas e não passíveis de regularização										
Comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental										
Comprovação da melhoria das condições de habitabilidade dos moradores										
Dimensionamento dos custos para a execução das intervenções propostas										
Projeto Executivo para as intervenções propostas										
Relatório Final quantitativo e qualitativo do resultado das atividades										
Valores das parcelas e suas previsões de pagamento (R\$)	Parcelas mensais	R\$ 9.774,62	R\$ 29.260,68	R\$ 10.163,62	R\$ 9.756,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.874,90	R\$ 0,00	R\$ 19.390,80
	Percentual	8,71%	26,07%	9,06%	8,69%	0,00%	0,00%	30,19%	0,00%	17,28%
VALOR TOTAL		R\$ 112.221,12								

8. JUSTIFICATIVA DE VALORES

Ressaltamos que o quantitativo dos produtos foi estimado considerando um adicional de 30% do número de lotes, uma vez que os valores serão pagos por família recadastrada, para que também sejam contempladas aquelas que configurarem situação de coabitação e de compartilhamento de lotes.

9. FORMAS DE PAGAMENTO

- a. Os pagamentos deverão ser entregues ao final de cada prazo de execução, acompanhados dos relatórios de acompanhamento das atividades realizadas e da nota fiscal com valor correspondente ao serviço executado.
- b. O contratante terá 10 dias para análise e validação dos produtos e, caso haja a necessidade de ajustes nos produtos, após avaliação da contratante, a contratada deverá encaminhar a versão revisada em até 10 dias após manifestação oficial do fiscal do contrato. As liquidações das parcelas serão feitas 10 dias após a aprovação do produto.
- c. Os pagamentos serão realizados a partir da validação dos produtos, e os valores estimados poderão sofrer alteração, devido ao descumprimento, total ou parcial, das entregas dos produtos previstos em cada etapa.

10. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NA FASE DE HABILITAÇÃO

Na fase de habilitação, é imprescindível o envio das seguintes documentações:

10.1. Comprovante de registro da sociedade empresária junto ao Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA, de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou outros conselhos que apresentem e legitimem a atribuição profissional na área de competência.

10.2. Para atender o que prescreve o Art. 30, § 1º da Lei 8.666/93, a sociedade empresária deverá apresentar atestado(s) passado(s) por pessoa jurídica de direito privado ou órgão da Administração Direta ou Indireta da União, Estados e Municípios, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de acervo(s) técnico(s) – CAT emitida(s) pelo CREA, CAU e outros, em nome do proponente ou de profissional Responsável Técnico comprovadamente inscrito no CREA, CAU ou outros conselhos que apresentem e legitimem a atribuição profissional na área de Regularização Fundiária, em específico na execução de consultoria para a elaboração de planos e projetos, integrante de seu quadro técnico permanente, comprovando a execução de serviços de características semelhantes de complexidade tecnológica e operacional similar ou superior aos ora licitados, constante do objeto deste edital, qual seja:

10.2.1. Os planos e projetos poderão ter nomenclatura distinta das descritas acima, desde que seja similar em conteúdo.

10.3. Declaração de que recebeu e obteve acesso a todos os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação, observadas, necessariamente, todas as disposições contidas no Projeto Básico/ Termo de Referência.

10.4. Apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado passado por pessoa jurídica de direito

privado ou órgão da Administração Direta ou Indireta da União, Estados e Municípios, que comprove que o Coordenador de Projetos possui experiência em trabalhos de Coordenação de Projetos e/ou cargos de Gerência na área de Regularização Fundiária.

10.5. A proponente deverá apresentar por extenso sua proposta de valor global para desenvolvimento dos trabalhos e também a planilha de preços unitários, conforme modelo da ESTIMATIVA DE CUSTO PARA EXECUÇÃO DO ESTUDO E PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA no município de Juiz de Fora.

10.6. O valor global estimado para a contratação é de **R\$ 112.221,12** (cento e doze mil, duzentos e vinte e um reais, e doze centavos) - preço máximo admitido, sendo desclassificada a empresa que apresentar valor maior que este.

11. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NA FASE DE CONTRATAÇÃO

No momento da contratação, será exigida a comprovação de todo o quadro técnico mínimo necessário para a realização do serviço, a saber:

11.1. A contratada poderá utilizar mais de um profissional por perfil, visando ampliar a possibilidade de maior participação de especialistas por tema, observando-se o quantitativo de horas previsto para apresentação de sua proposta.

Os Profissionais que compõem a equipe técnica mínima devem apresentar a devida comprovação da qualificação necessária à condução dos trabalhos objeto da contratação e comprovarem registro e regularidade no correspondente órgão regulador da profissão, quando pertinente, no momento da apresentação da proposta.

É imprescindível que, pelo menos, o Coordenador de Projetos e o Auxiliar Administrativo, façam parte do Quadro Técnico permanente da consultoria.

Apresentando-se a necessidade de substituição de profissional alocado no projeto, deverá ser indicado pela contratada, um substituto que tenha o nível de experiência e qualificação técnica similar ao profissional substituído.

Esta Equipe Técnica deverá ser convocada, sempre que necessário, para participar de reuniões e eventos com intuito de aprofundamento das discussões técnicas relacionadas ao trabalho em questão. A convocação ficará a cargo do Grupo Técnico (GT) Executivo formado por representantes técnicos da Prefeitura de Juiz de Fora, que deverá acompanhar os processos e desdobramentos referentes a este Projeto Básico/ Termo de Referência.

Ao final da apresentação de cada produto, deverá ser enviada, além das documentações de regularidade fiscal, declaração de participação da equipe técnica na elaboração do produto e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica emitida pelo conselho de classe competente dos profissionais envolvidos.

No caso da equipe técnica sem vínculo permanente, no momento da conclusão do contrato, será necessário a apresentação do RPA (Recebimento de Pagamento Autônomo) ou outro documento equivalente que ateste o vínculo entre empregado e empresa e o recolhimento de impostos devidos.

A nomeação da equipe técnica deverá possuir caráter multidisciplinar e ser composta por, no mínimo, 07 (sete) profissionais com as funções e perfis técnicos apresentados abaixo:

11.2. QUADRO TÉCNICO MÍNIMO:

11.2.1. Equipe Técnica Permanente:

11.2.1.1. Coordenador de Projetos: profissional formado em Arquitetura e Urbanismo ou Engenharia Civil com Pós-Graduação em áreas afins e comprovada experiência em coordenação de projetos ou cargos de gerência, observado ainda o atestado referente ao item 10.4;

11.2.1.2. Auxiliar Administrativo: profissional de nível médio, no mínimo.

11.2.2. Equipe de consultores:

11.2.2.1. Arquiteto e Urbanista: profissional formado em arquitetura e urbanismo com comprovada experiência na elaboração de projetos urbanísticos, com registro ativo no conselho de classe.

11.2.2.2. Assistente Social: profissional graduado em Serviço Social, com comprovada experiência em projetos e programas sociais voltados para a mobilização e envolvimento em comunidades e/ou trabalhos de processo participativo de gestão urbana;

11.2.2.3. Consultor Engenheiro: profissional formado em Engenharia Civil ou Engenharia Sanitária e Ambiental, e comprovada experiência na elaboração ou desenvolvimento de estudos e projetos de regularização fundiária e ambiental, sistemas de saneamento, geotecnia ou outras áreas afins, com registro ativo no conselho de classe;

11.2.2.4. Consultor Biólogo: profissional formado em biologia e comprovada experiência em estudos ambientais, processos de regularização ambiental e/ou recuperação de áreas degradadas, com registro ativo no conselho de classe;

11.3. Declaração do Coordenador de projetos e dos demais profissionais da equipe técnica permanente e de consultores afirmando que concordam com sua indicação para participar dos trabalhos objeto do presente termo e que não haverá sua substituição ao longo da execução do objeto, salvo em casos de força maior.

11.4. As empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, deverão apresentar e atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a sua regularidade, em especial ao impedimento daqueles em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº516, de 15/03/2010.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. A Proposta Técnica se restringe à apresentação dos comprovantes de experiência da empresa e dos profissionais designados para compor a equipe técnica, bem como da respectiva documentação que comprove a formação profissional exigida.

12.2. A avaliação da qualificação técnica dos profissionais será atestada por certificados de títulos acadêmicos reconhecidos pelo Ministério da Educação, curriculum vitae devidamente assinado pelo profissional, inscrição do profissional no respectivo órgão regulador da profissão, atestados, declarações e/ou demais documentos emitidos pelos conselhos profissionais, identificação de publicações de fácil acesso ao público, sendo o profissional o autor.

12.3. Atestados ou declarações emitidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, conforme a legislação vigente, comprovando os serviços prestados que possuam características similares ao objeto a ser contratado. É obrigatória a apresentação dos atestados de experiência dos profissionais exigidos de acordo com cada perfil técnico que compõe a equipe técnica. Os atestados deverão conter as datas do início e do final da execução dos serviços, se ela já tiver sido finalizada, além das seguintes informações:

12.3.1 Descrição objetiva e clara dos serviços prestados;

12.3.2. Nome, CNPJ e endereço completo do emitente da certidão;

12.3.3. Data de emissão do atestado ou da certidão;

12.3.4. Assinatura e identificação do signatário (nome, cargo e função que exerce junto à emitente).

12.3.5. Caso o mesmo documento tenha sido utilizado para a habilitação (onde deve ser apresentado o documento original), deve ser apresentada cópia com nota escrita à mão ou etiqueta informando: “CÓPIA DE DOCUMENTO APRESENTADO PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA”.

12.3.6. Caso o serviço tenha sido contratado por etapas, deverão ser especificadas as etapas concluídas para a pontuação de acordo com as exigências listadas na experiência de trabalho de cada profissional e da empresa.

12.3.7. Não serão consideradas, para efeito de julgamento, experiências ou titulações sem a devida comprovação, nem as que sejam declaradas com informações incompletas quanto ao solicitado neste Edital, e declarações e publicações que não condizem com o objeto licitado.

12.3.8. Qualquer informação inexata ou inverídica apurada pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, constante dos documentos de capacitação técnica implicará a desclassificação da proposta.

13. Integra este Projeto Básico/ Termo de Referência o ANEXO I - Manual de Instruções do Programa Moradia Digna, ação de apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas geradas pela execução dos serviços serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

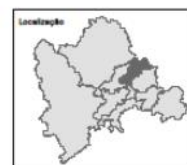
Fonte	Dotação	Natureza
0124621101	04.244.0005.2219.0000	339039
0100500010	04.244.0005.2219.0000	339039

15. MAPEAMENTO DA ÁREA



Legenda

ZEIS - Travessa Grão Mogol
Região de Planejamento
Nordeste



Escala: 1:3.000

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum: SAD-1989 Zona 23 Sul



FONTE: Base Cartográfica Municipal de Juiz de Fora.
COORD.: Prefeitura de Juiz de Fora/JP
Secretaria de Planejamento e Gestão - SEP/AG-UP
EXECUÇÃO: Equipe Geoprocessamento de SEP/AG/SSPLAT
DATA: Março, 2019.

Ana Paula Ferreira Luz
Arquiteta e Urbanista
Gerente Departamento de Planejamento Habitacional - DPHAB

Amanda Teixeira de Rezende
Engenharia Sanitarista e Ambiental
Técnica Departamento de Saneamento e Meio Ambiente - DSAMA

Fabíola Ramos
Secretária de Planejamento Urbano - SEPUR